

Autores: Dafne Sponchiado Firmino da Silva; Guilherme Margarido Ortega e José Marcos Pinto da Cunha*

1. “Restrição, acesso e escolha dos indivíduos em relação às compras: o efeito da dualidade centro-periferia”

Neste artigo procuramos analisar como se relacionam a periferia e o centro da cidade, levando em conta o recorte definido sobre o comportamento de compras dos indivíduos, seu deslocamento no espaço e na importância que o efeito do lugar tem nessas definições, que vão muito além da praticidade do deslocamento relativa à proximidade. Analisamos os deslocamentos realizados dentro da Região Metropolitana de Campinas para a efetuação das compras básicas mensais familiares a partir de uma série de entrevistas realizadas com moradores da periferia entre os anos de 2009 e 2012. Os domicílios foram selecionados para entrevistas a partir do banco de dados de uma pesquisa domiciliar realizada em 2007, pelo Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp.

2. Mobilidade-Campinas-Consumo

As mudanças a que as cidades e o espaço urbano foram submetidos, do momento de sua emergência até a realidade atual de várias metrópoles, tiveram efeitos nas diversas esferas da vida cotidiana de seus habitantes. Neste trabalho, pretendemos olhar, ainda que brevemente, para a mobilidade necessária entre os habitantes das periferias da Região Metropolitana de Campinas para que realizem suas compras de abastecimento doméstico mensal. Esse esforço é responsável pelo reconhecimento destes indivíduos como parte constituinte da cidade, enquanto elemento orgânico e também enquanto consumidores - viés importante, principalmente recentemente, no que versa sobre direitos do cidadão.

O século XIX foi de grande importância para as cidades no que diz respeito principalmente às transformações nas composições geográficas e institucionais na economia global. Os antigos centros de prestação de serviços deram espaço ao comércio internacional, que por sua vez foi ofuscado pelos fluxos financeiros internacionais aumentando assim o nível de complexidade das transações, propiciadas – além de estimuladas – pela infra-estrutura e o avanço nas tecnologias de telecomunicação. Para Sassen, “As instituições fundamentais para essas transações são os mercados financeiros, as grandes empresas de prestação de serviços, os bancos e as matrizes das corporações multinacionais” (SASSEN, 1998, p. 23). Assim, parte do papel cumprido pelas cidades pode ser creditada às transações internacionais.

Antigamente os fluxos internacionais eram determinados pela localização de matérias-primas ou pela produção de mercadorias primárias, enfatizando assim a importância de países produtores destas, como o Brasil. O papel das cidades se fortalece quando os serviços especializados e as finanças “(...) tornaram-se o componente dominante das transações internacionais, no início da década de 1980 (...)” (SASSEN, 1998, p.25), limitando o número de cidades com papel central nos fluxos. Um exemplo disso foi a internacionalização da produção manufatureira, importante para os fluxos de investimento estrangeiro direto. Entretanto:

Não podemos nos fiar na economia mundial e presumir que ela existe simplesmente porque as transações internacionais também existem. (...) as atividades econômicas globais que ocorrem na atualidade representam uma simples mudança quantitativa ou (...) implicam uma mudança no regime internacional que governa a economia mundial. (SASSEN, 1998, p. 32).

**Mestrandos do programa de pós-graduação em Demografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas; Professor Titular no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, vinculado aos departamentos de Demografia e Sociologia. – IFCH/Unicamp.

Os câmbios verificados nas grandes cidades, no século XX, levaram a intensos processos de periferização: a América Latina teve, 30 anos após a II Guerra Mundial, um período dedesenvolvimento econômico acelerado, estimulando a indústria e, conseqüentemente, a urbanização. Houve melhoras nos indicadores sociais, “(...) cuja contrapartida foi, em muitos dos países da área, o crescente endividamento externo e a ocorrência de ciclos autoritários” (FARIA, 1991, p. 102). Neste período, ainda segundo Faria (1991), a taxa de urbanização brasileira subiu 68%. Esse processo se deu em duas vias principais: concentrando grandes aglomerados populacionais em poucas áreas metropolitanas e grandes cidades, e proporcionando o aumento de cidades de diversos tamanhos.

Além disso, a urbanização brasileira veio acompanhada de um processo de êxodo rural que foi viabilizado pela transformação das relações de trabalho nas áreas rurais. Neste ínterim, aumenta o numero de subempregados nas cidades. “Dentro das cidades – e tanto mais quanto mais complexa sua estrutura ocupacional e social – acentuou-se a segregação espacial e generalizou-se a existência de periferias urbanas, antes triste privilégio dos grandes centros” (FARIA, 1991, p. 105). Esse processo só foi possível graças à mudança estrutural que sofreu a sociedade brasileira, através do desenvolvimento do mercado de consumo da oferta de bens e serviços. A disseminação dos padrões de consumo da classe média, e do crédito fácil destinado às classes mais baixas também tem grande responsabilidade sobre esses eventos.

Milton Santos vai tratar esses consumidores urbanos a partir da ótica do valor do indivíduo: Santos “Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território” (SANTOS,1987, p. 81). O valor do homem varia de acordo com diferenças de acessibilidade, pois as oportunidades não são as mesmas para pessoas com o mesmo salário e formação. Esses indivíduos tem valores diferentes que dependem de onde vivem, determinando inclusive quem é mais ou menos cidadão. Sendo assim, a dialética das classes é um problema tanto quanto a diversidade de situações espaciais de classe. Na maioria das vezes a escolha do local de moradia é econômica, “Essas razões econômicas resumem-se, em termos de vantagens, imediatas ou não, que conferem a cada localização um trunfo particular para um indivíduo, ou grupos de indivíduos, em determinadas condições” (SANTOS, 1987, p. 82).

O espaço, para Santos, é ocupado de forma diferente em função das classes que são divididas na sociedade urbana. Os diferenciais de renda que acompanham os de desenvolvimento da região, entretanto não podem ser a única explicação para a distribuição da população no espaço, uma vez que não daria conta de explicar o porquê de haver pessoas de alta renda em mais bairros mais pobres e vice-versa. Nesse sentido, as metrópoles brasileiras, apesar da clara divisão territorial por classes, conservam núcleos discrepantes dentro de espaços sociais que seriam opostos à condição de classe daquele indivíduo, como é o caso das favelas na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, que se encontram muito bem posicionadas em relação aos bairros mais nobres, o que pode facilitar a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho.

Entretanto “(...) a proximidade territorial não implica necessariamente coabitação” (RIBEIRO, 2009, p. 63), não há interação entre grupos sociais: há sim uma relação de compra e venda de trabalho e de serviços. Não há, segundo Ribeiro (2009), os efeitos positivos do contato com costumes das classes mais abastadas, “Podemos mesmo aventar a hipótese de que a proximidade territorial gera um efeito negativo, na medida em que gera uma forte pressão social (...)” (RIBEIRO, 2009, p. 66), impedindo a consciência de sua posição social de dominação, “(...) impedindo a adoção de atitudes que lhe permitam escapar dos efeitos negativos da estigmatização” (RIBEIRO, 2009, p. 66).

Assim, o efeito de vizinhança de Kztzman – entendido como as ações do indivíduo se inter-relacionando com os indivíduos inseridos em um mesmo espaço com características, ou melhor, propriedades iguais ou semelhantes (SANT’ANNA, 2009) – seria substituído, ainda segundo Ribeiro (2009), pelo efeito de lugar de Bourdieu, sendo que “(...) a luta pela apropriação de espaço é a luta pela acumulação das várias modalidades de capital” (RIBEIRO, 2009, p. 66), entende-se que o espaço físico não é suficiente “(...) para a apropriação dos *efeitos do lugar*. É necessário ter a posse prévia de capitais. Aqueles que não os possuem são mantidos a distancia, seja física ou

simbolicamente dos bens socialmente raros” (RIBEIRO, 2009, p. 67), assim os efeitos do lugar podem ser mais ou menos, excluindo ou ascendendo o dominado.

Em uma das entrevistas, por exemplo, Dona Isaura cita a dificuldade de fazer mesmo pequenas compras cotidianas. Moradora de um bairro às margens de uma grande rodovia, os serviços mais próximos ficam do outro lado da estrada, sujeitando-a a atravessar uma passarela:

E: Tem alguma coisa que a senhora acha que falta aqui no bairro?

I: Aqui não tem uma padaria, não tem um açougue; a gente tem que tudo atravessar a banda de lá. Então, se fosse no caso, um açougue né, uma padaria né, uma farmácia também né, perto de casa.

E: Porque aqui na frente é qual bairro? Atravessando aqui que bairro que é?

I: É São José; é Bandeira 2 né, mas mais na frente um pouco é São José.

Uma forma de construção da pobreza, portanto, ainda para Santos, refere-se à acessibilidade, o acesso a informação que não são as mesmas para todos: quanto mais à periferia menos acesso às autoridades, ou seja, menos acesso ao poder. Além disso, a participação e a capacidade de influenciar os acontecimentos não são as mesmas para indivíduos que vivem em espaços diferentes: “Como certas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem se deslocar até os lugares onde tais bens e serviços se encontram têm condições de consumi-los” (SANTOS, p. 89). Um exemplo disso é a desigual distribuição das escolas e dos locais de lazer no espaço urbano, sendo assim:

(...) o espaço também contribui para que, no sistema capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da divisão do trabalho sejam paralelos à formação de uma estrutura de classes que separa, de um lado, os proprietários dos bens de produção, e, de outro, os portadores da força de trabalho (...) Uns e outros dividem-se no espaço, mas de maneira distinta, pois o lugar que detêm na cidade (...) é um dado fundamental para a reprodução de sua situação original, isto é, das relações sociais desiguais (SANTOS, 1987, p. 91).

Nas cidades de hoje a cidadania é um instrumento que regula a participação do indivíduo na sociedade, hoje como direito à propriedade e a aquisição de bens, a “(...) pena integração dentro do processo civilizatório passa necessariamente pela integração á sociedade do consumo (...)” (MARGARIDA & BARRETO, 1998, p. 60), de adquirir bens fora dos de necessidade primária. A diferenciação entre as pessoas não esta em elas possuírem riqueza, mas na forma como demonstram já que “O direito à cidadania civil e social é hoje o direito ao consumo de bens e serviços produzidos globalmente (...)” (MARGARIDA & BARRETO, 1998, p. 64).

Sendo assim “As pessoas não saem à rua mostrando pacotes de dinheiro para dizer o que elas tem, elas apelam ao que Bourdieu chama de ‘consumo simbólico’” (MARGARIDA & BARRETO, 1998, p. 62). “Legal ou ilegal, formal ou informal, lícito ou ilícito estão imbricados nas praticas e nos agenciamentos que presidem as disputas pelo e no espaço” (TELLES, 2006, p. 80), o novo consumo não impede o acesso dos jovens da periferia aos grandes centros de compras, como shoppings, que são grandes fontes de empregos, até porque esses jovens não se contentam com os modelos destinados à periferia (TELLES, 2006).

A nova problemática dos arranjos urbanos alimentou os debates entre os estudiosos de sociologia urbana e estudos urbanos: algumas teorias foram apontadas como insuficientes para responder às questões da ampla e rápida urbanização dos grandes centros de países periféricos, por exemplo. As cidades globais tendem a concentrar as matrizes de empresas multinacionais assim como a infra-estrutura de telecomunicações necessária para a operação da produção fora dela, desempenhando assim um papel estratégico. A descentralização da produção e do mercado

financeiro foi acompanhada pela centralização do gerenciamento e das decisões centrais das corporações multinacionais, determinando assim modificações no espaço.

Nesse sentido, segundo Santos (2001) o problema não está na análise da evolução de um evento ou elemento em questão, mas a evolução global deste. Faz-se necessário, portanto, uma abordagem e uma análise geográfica do espaço. Sendo assim, para o autor a história brasileira é uma e diversa, já que ela pode ser considerada como a soma da história de diversas outras regiões, nesse sentido “Para entendê-la no seu processo e na sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial” (SANTOS, 2001, p. 23), na história dessas diversas regiões nos depararmos com as suas transformações, principalmente do meio urbano.

Os estudos relativos às questões urbanas sofreram muitas críticas nos anos 1970, principalmente as teorias ecológicas e urbanas tradicionais, “as correntes tradicionais tem sido crescentemente combatidas nos últimos anos por diversos grupos de novos urbanistas (...)” (GOTTIDIENER, p. 44), proporcionando a busca por teorias que abrangessem outros campos como a geografia e a ciência política. Este é o caso dos estudos urbanos nos Estados Unidos que se afastou da sociologia urbana. Harvey Choldin, por exemplo, estruturou suas pesquisas sobre questões urbanas voltando-as para uma demografia-ecológica, não levando em consideração a importância das novas teorias urbanas; o seu texto “(...) assemelha-se a outros, escritos por ecologistas desde a década de 1950, que repetem algumas observações já gastas sobre processos de desenvolvimento das cidades inspirados pela ideologia ecológica (...)” (GOTTIDIENER, p. 45). Outro exemplo são Frisbie e Kasarda, que observam a pesquisa contemporânea em 1988, sob uma orientação ecológica, “(...) em sua maior parte apresentam uma revisão atualizada da análise tradicional sobre a população urbana” (GOTTIDIENER, p. 46).

Uma alternativa à visão tradicionalista da sociologia ecológica são as pesquisas empíricas, características da nova sociologia urbana, “(...) o conflito central entre os ecologistas e os críticos urbanistas é a maneira como as idéias teóricas e o trabalho empírico tem sido utilizados para nos ajudar a compreender os eventos urbanos atuais” (GOTTIDIENER, p. 50). Nesse sentido a sociologia/ecologia urbana tradicional tem como principais conceitos metodologias individualistas, conceitos unitários de comunidade, adaptação biótica da sociedade e o desenvolvimento social a partir de uma espécie de seleção natural do grupo. Em contrapartida a nova sociologia urbana prima pela especificação das sociedades de acordo com seus modos de produção, o desenvolvimento desta dominado pela acumulação de capital, acompanhado do processo de acumulação da força de trabalho, superação de um método de pesquisa individualizado pensando no poder da estrutura, bem como da propriedade.

A visão da nova sociologia urbana, claramente orientada por um viés marxista, acredita no poder da sociedade e da estrutura de produção sobre o desenvolvimento da sociedade; para os autores dessa visão “As relações sócio-espaciais, particularmente as relações entre produção capitalista e espaço, são uma parte intrínseca ao desenvolvimento da sociedade” (GOTTIDIENER, p. 49), muito mais interessante que as teorias tradicionalistas, se levarmos em consideração o papel do poder político no sentido de gerenciar a estrutura social.

Essa nova perspectiva urbana se difere em três pontos principais da visão ecológica: a reestruturação do centro da cidade, que para os ecologistas “(...) é consequência do crescimento populacional e do crescimento da complexidade funcional da organização da sociedade” (GOTTIDIENER, p. 51), para nova sociologia urbana está ligada a uma perspectiva mais global da economia e das relações capitalistas, como o surgimento de corporações multinacionais e o desaparecimento da manufatura, ruindo o centro da cidade; o desenvolvimento dos subúrbios, efeito das novas tecnologias e meios de transporte para os ecologistas, e para as novas teorias, mostram que na verdade os subúrbios surgem com a descentralização das empresas manufatureiras, muito antes da popularização do automóvel, por exemplo; por fim “(...) as mudanças locais e mundiais do capitalismo organizado” (GOTTIDIENER, p. 51), como exemplo a mudança de indústrias para o *Sunbelt* nos Estados Unidos, que para os ecologistas tem a ver com a decadência tecnologia do norte e com a vanguarda em negócios do sul, sob novas perspectivas percebemos que a mudança ocorreu,

principalmente, por impostos atrativos, e falta de organização militante dos trabalhadores no sul do país.

As novas perspectivas de análise urbana trazem, além das questões essencialmente estruturais dos economistas políticos, a importância do papel do agente, “(...) abstêm-se do estruturalismo da economia tradicional e do estruturalismo da política econômica marxista em favor de uma apresentação equilibrada da articulação entre estrutura e agente” (GOTTIDIENER, p. 54), podendo articular melhor o papel do Estado, demonstrando uma visão mais abrangente e interessante de análise urbana que a visão da ecologia urbana.

Para Faria (1991), a contribuição da Sociologia Urbana já acabou no sentido teórico-conceitual, sendo assim os termos cidade e urbano seriam fruto de uma unificação de diversas questões sociológicas. Os estudos sobre a cidade não podem deixar de levar em conta a importância que esta tem nas mudanças sociais de um país que se voltou para a industrialização resultando na urbanização de sua população. Neste sentido a crise econômica dos anos 1980, que se alastrou para a década seguinte, além das questões políticas, acabou por dificultar a tentativa de prever o futuro da sociedade. “Diante dessa enumeração, (...) cabe perguntar quais os efeitos dessa instabilidade e incerteza sobre o plano sociocultural e sobre a psicologia política das grandes massas urbanas, marginalizadas, carentes e desanimadas” (FARIA, 1991, p. 101).

O aumento descontrolado das cidades acarretou em problemas estruturais como a deficiência no sistema escolar,

‘As periferias urbanas’, muitas vezes incrustadas no coração das cidades sob a forma de favelas e cortiços, marcadas pela habitação precária, pelo transporte difícil e pela ausência de saneamento básico, disseminaram-se por cidades dos mais variados tamanhos e nas diversas regiões do país (FARIA, 1991, página 108)

A questão principal para a Sociologia Urbana, portanto passaria a ser a importância do aumento da população urbana, principalmente em aglomerados, o que ele representaria “(...) em termos de necessidades de emprego, infra-estrutura de transportes e comunicações, serviços e equipamento urbanos?” (FARIA, 1991, p. 114), levando em conta também a mudança da relação de dependência da população, que tende a aumentar devido ao envelhecimento da população e a diminuição da taxa de fecundidade, causando assim um impacto na estrutura social e econômica das cidades.

Pensando na constituição das cidades, Geiger (1995) acredita que o conceito de cidade parte da ideia de um objeto conceitual, abstrato, mesmo que ela seja baseada em suportes materiais, sólidas, urbanas. “A cada momento histórico, o conceito requer que esta base material apresente uma dada dimensão e que existam certas relações sociais específicas no interior deste espaço construído (...)” (GEIGER, 1995, p. 23), ou, como diria Lefébvre, “espaço produzido”. Nesse sentido o conceito de urbanização não se limita ao crescimento físico das cidades, “Compreende, também, a difusão das subjetivações desenvolvidas no interior das cidades, pelas outras cidades e pelos meios geográficos circundantes” (GEIGER, 1995, p. 24). Para Geiger (1995) as formas de urbanização dizem respeito, acompanham e são expressão da formação econômico-social do local, “As tendências contemporâneas do processo social, no mundo e no Brasil, expressam a combinação de movimentos sociais de longa duração e movimentos sociais mais recentes” (GEIGER, 1995, p.24). Nesse sentido, citando Huntington, Geiger (1995) acredita que a nova ordem pós Guerra Fria dividiu o mundo em tipos de civilizações elaboradas por movimentos de longa duração e que tendem ao conflito.

Falando mais especificamente da sociedade brasileira, Geiger acredita que há um dualismo entre o consumismo das classes mais altas, e o apartheid social que se criou a partir das diferenças dos espaços e das edificações. Ainda segundo o texto, há diferentes instâncias da globalização na sociedade humana: a globalização da economia, que já aparece no “Manifesto Comunista” de Marx; a globalização social através de movimentos urbanos; a mídia, servindo de suporte a esses

movimentos e a globalização cultural; e a globalização política, através da internacionalização das ações dos Estados, nesse sentido “A globalização recoloca o confronto internacionalismos/nacionalismo” (GEIGER, 1995, p. 26). Segundo o texto as tendências contraditórias tornam mais complexas os processos históricos.

Além dos conflitos políticos e acordos econômicos, “Outro aspecto de novas formas nas relações internacionais é o crescente número de Organizações Não-Governamentais (ONGs) (...) atuando de forma relativamente independente, sem maiores controles do Estado” (GEIGER, 1995, página 27/28). Nesse aspecto a tecnologia acabou por abolir o controle nacional sobre a informação, forçando transformações, por exemplo, na antiga URSS, e na China. Ainda sobre o Brasil, diz o Geiger (1995):

Se o empresariado urbano cresceu ao longo do século, num sistema de favores mútuos com o Estado, este também se expandiu, inclusive através das numerosas estatais, de modo que o capitalismo brasileiro manteve as características de uma formação se uma verdadeira economia de mercado, sem espírito concorrencial e com imensas massas no chamado setor informal (GEIGER, 1995, p. 30).

Nesse contexto, Geiger cita São Paulo como principal centro articulador econômico do país, sendo considerada uma cidade global, que além de sua importância nacional, relaciona-se com países vizinhos. Surge a importância das redes de fluxos em detrimento das redes de lugares, através da desconcentração industrial que desde a década de 1980, transformaram a cidade de São Paulo em um centro financeiro e cultural.

Acentuaram-se no país, exemplificando inclusive um fator não só da época em que o texto foi escrito mais nos dias de hoje, os contrastes sociais devido à concentração da pobreza – que antes se detinha no campo – nas grandes cidades, criando assim, problemas de habitação, proporcionadas inicialmente pelas questões fundiárias do campo, passando à especulação imobiliária das grandes cidades, que acabaram por segregar espaços, determinados por questões socioeconômicas. Nesse sentido, para Caldeira (2000) “A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação” (CALDEIRA, 2000, p. 211). Essa segregação determina onde e quando os indivíduos irão usufruir de serviços e do lazer, é mais difícil para alguém se dirigir a um shopping-center ou a um parque mais distante aos finais de semana por exemplo, quando há menos oferta de ônibus nas ruas. Como exemplos dessa segregação têm-se a seguinte entrevista:

Ent.: Essa avenida aqui parece que tem bastante, bastante...

Fernando: tem bastante comércio.

Ent.: comércio. Bancos.

Fernando: Banco aqui nesse pedaço não, só lá em cima no Ouro Verde.

Ent.: Ah mais...

Fernando: Mais daqui ali é rápido pra ir, tem ônibus aqui direto.

Ent.: Mais fácil pro Centro, mais fácil...

Fernando: Agora vai ter uma Lotérica aqui também. Entendeu? Então já facilita. Na hora de pagar alguma coisa.

Ent.: E você usa mais o Ouro Verde ou ao Centro de Campinas?

Fernando: Mais o Ouro Verde.

Ent.: Mais o Ouro Verde. É muito mais fácil, mais tranquilo pra você ir ao Banco, comércio.

Fernando: É, porque se eu preciso de alguma coisa tem o Makro aqui na Santos Dumont. Com uma passagem de ônibus eu vou e volto com a mesma passagem.

Fernando: Pego o que eu preciso e volto, entendeu, tá? Então mesma coisa aqui em cima no Ouro Verde. Preciso ir lá fazer alguma coisa tem vezes que eu vou caminhando...

Ent. 2: Ahan.

Fernando: Certo? Ai depois na hora de voltar, que eu volto com peso eu volto, cê volta com alguma né...

Fernando: Tanto que eu fui procurar uma loja lá, e não existia fazia tempo.

Ent.: Risos. Tava desatualizado?

Fernando: Porque muda tudo, mudou tudo. Tiraram as fachadas das lojas, mudou tudo no Centro.

Ent.: Ah...

Ent. 2: E você nem faz questão de ir pro Centro de Campinas? Questão de lazer, como é que fica isso?

Fernando: Lá no Centro...

Ent. 2: Não?

Fernando: Entendeu?

Ent. 2: Ahan.

Fernando: É muito difícil. Você vai, tem o Campinas Shopping aqui, tá? Cê quer um cinema vai no Campinas Shopping ou vou no Unimart.

Ent.: Ah tá.

Ent. 2: Ahan.

Fernando: Entendeu? Porque é que eu vou atravessar a cidade pra ir pro Iguatemi?

Ent. 2: Ahan.

Ent.: Sei, entendi.

Fernando: Aqui graças a Deus...

Ent. 2: Tem tudo. Ahan.

Ent.: Tudo no jeito aqui, não precisa de grandes distâncias pra resolver as coisas.

Fernando: Se eu tiver ruim, ruim mesmo eu vou no Posto, tenho contato com o pessoal do Posto,

Ent. 2: Ahan.

O excerto acima ilustra o que Sant'anna escreve a despeito dos processos de segregação urbana (2009): "(...) a segregação leva ao isolamento territorial, e (...) este afeta as relações dos indivíduos com a sociedade e suas instituições" (SANT'ANNA, 2009, p. 167), e não só a um isolamento territorial, mas sociocultural, inclusive pensando na formação de uma cultura paralela, ou uma subcultura (SANT'ANNA, 2009). Viver longe significa estar vulnerável ao mercado de trabalho, à sociedade, à moradia, criando um círculo de manutenção da pobreza, nesse sentido a educação e o trabalho podem ser diferenciais. "(...) a noção de segregação diz respeito a uma relação entre localidades e a cidade" (TELLES, 2006, p. 76).

Para Ribeiro (2009) "(...) o exercício do poder social das elites econômicas e sociais sobre o espaço materializa-se por sua capacidade de impor suas normas sociais, seu modelo cultural e seu estilo de vida" (RIBEIRO, 2009, p. 68), ou seja, as classes dominantes exercem práticas "(...) que buscam preservar os capitais pelo controle do acesso ao lugar onde eles estão concentrados" (RIBEIRO, 2009, p. 67), é o que Bourdieu irá chamar de *efeito de clube*, característico de todos os tipos de cidade, mas principalmente das cidades globais. Entretanto, "À medida que o mundo se torna mais complexo e se internacionaliza, a questão das diferenças se recoloca e há um intenso processo de construção de identidades" (OLIVEN, 2009, p. 83), entende-se, portanto que o *efeito de lugar* parte de uma ideia de identidade, "É natural (...) que os atores sociais procurem objetos de identificação mais próximos" (OLIVEN, 2009, p. 83) na medida em que não se identificam com o todo.

O exemplo da cidade de São Paulo nos mostra que a atividade econômica da cidade passou a ganhar contornos de cidade global através do aumento considerável do setor terciário, de prestação de serviços. As melhorias das áreas periféricas, na questão infraestrutural, tornaram-nas mais caras para a população ali residente, empurrando-a mais ainda para as fronteiras da cidade, impactando toda a região metropolitana. "Um dos fenômenos mais interessantes e aquele que produziu as mudanças mais importantes na maneira de morar das classes média e alta foi a disseminação dos condomínios fechados" (CALDEIRA, 2000, p. 243).

Nesse sentido Pasternak (2008) acredita que o conceito de cidade global se aplica na realidade brasileira. A estrutura social para ela é entendida

(...) simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desiguais e ligados às suas histórias (PASTERNAK, 2008, p. 3).

Assim, os indivíduos ocupam posições relativas no espaço social, essas posições podem ser classificadas, na visão de Bourdieu, através de capitais econômicos, sociais e simbólicos, que agrupam indivíduos com interesses e condições semelhantes em um mesmo grupo. Nas entrevistas selecionadas, não são raros os casos onde o acesso ao transporte público leva os moradores da periferia a manter suas atividades de consumo e lazer circunscritas ao espaço do próprio bairro ou região periférica – esta condição é generalizada, uma vez que abarca pessoas de diversos grupos etários e perfis de renda. Em nossas entrevistas pudemos perceber como os pequenos mercados de bairro e os grandes supermercados atacadistas, que em sua maioria encontram-se próximos a esses bairros mais periféricos, servem como alternativa mais lógica compras banais do dia a dia. A construção do espaço social, que se daria pelo deslocamento destes indivíduos pela cidade, se restringe desta maneira à construção a partir do deslocamento laboral ou para o acesso dos serviços públicos; ou seja, é desprovida dos capitais que Bourdieu considera essenciais para o empoderamento no jogo político que é a construção do espaço. A restrição ao acesso da cidade tem suas conseqüências, como por exemplo o reforço da periferação dos grandes centros urbanos, sendo a Região Metropolitana de Campinas uma clara ilustração deste movimento.

3.

CALDEIRA, T.. **Cidade de Muros: crime, segregação cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

FARIA, V..**Cinquenta anos de urbanização no Brasil**. In: **Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, 1991.

GEIGER, P. P.. **A urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos**. In GONÇALVES, M. F. (org.). **O novo Brasil urbano: impasses/dilemas/perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Coleção Novas Perspectivas, 1995.

GOTTIDIENER, M.. **Uma Mudança de Paradigma na Sociologia Urbana**. In: **Espaço & Debates**. Revista de Estudos Regionais Urbanos, Ano IX, nº 28, 1989.

MARGARIDA, N., BARRETO, A.. **A emigração como resultado de um processo socialmente apreendido: um estudo de caso com uruguaios em Campinas**. Campinas: Tese IFCH/UNICAMP, 1998.

OLIVEN, R. G.. **Cidades, territórios e identidades**. In: CARNEIRO, Sandra de S., SANT'ANNA, Maria Josefina G. (Orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamod, 2009.

PASTERNAK, S.. **Dinâmica intrametropolitana e organização socioespacial na Região Metropolitana de São Paulo**. Trabalho apresentado no **Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**, realizado em Caxambu, MG. ANAIS..., 2008.

RIBEIRO, L. C. de Q.. **Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito de lugar a partir de um enclave urbano.** In: CARNEIRO, Sandra de S., SANT'ANNA, Maria Josefina G. (Orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias.** Rio de Janeiro: Garamod, 2009.

SANT'ANNA, Maria Josefina G.. **O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança.** In: CARNEIRO, Sandra de S., SANT'ANNA, Maria Josefina G. (Orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias.** Rio de Janeiro: Garamod, 2009.

SANTOS, M.. **Lugar e valor do indivíduo.** In: SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão.* São Paulo : Nobel, 1987.

SANTOS, M.. **Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional.** In: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século.** Rio de Janeiro: Record, Cap. II, 2001.

SASSEN, S. **O impacto urbano da globalização econômica.** In: **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1998.

TELLES, V. S.. **Trajетórias urbanas: fios de uma descrição da cidade.** In: TELLES, Vera da S., CABENES, Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, p. 69-116, 2006.